



A medicina no Brasil do século XIX: uma análise das instituições nas cidades e o ineditismo da imprensa

Palavras-Chave: História da Medicina, Urbanização, Imprensa

Autores/as:

Dulce Rocha [UNASP]

Leonan Ricardo Cordasso [UNASP]

Lucas Mendes Almeida [UNASP]

Prof.^a Dr.^a Dayana de Oliveira Formiga [UNASP]

INTRODUÇÃO:

Este projeto apresenta uma pesquisa desenvolvida para o XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Dayana de Oliveira Formiga do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC), cujo tema de discussão compreende a História da Ciência e da Saúde no Brasil, e mais especificamente, como objeto de análise a relação entre a medicina e a urbanização no contexto epidêmico enfrentado pelo Brasil no século XIX. Discorre-se a respeito das conjunturas históricas que anunciam o processo de surgimento das instituições médicas, sanitaristas e higienistas, como por exemplo a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e o surgimento da imprensa médica, com ênfase no periódico O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia (1887-1905).

Ao escrever o livro “O Nascimento da Clínica”, Michel Foucault (1977) enuncia que, anteriormente às descobertas do século XIX a respeito dos saberes científicos – pautados no conhecimento médico –, a história das ideias compreendia as categorias analógicas e psicológicas. Portanto, ao deparar-se com um novo recorte que pouco alterara sua forma sistemática, sendo esse a da experiência médica, comumente notava-se demasiados valores imprecisos descritos pelo diálogo entre médico e paciente. O discurso clínico, desvendado pelo autor, “deve sua real importância ao fato de ser uma reorganização em profundidade não só dos conhecimentos médicos, mas da própria possibilidade de um discurso sobre a doença” (FOUCAULT, 1977, p. XVIII).

Para versar sobre o conhecimento médico no Brasil no século XIX, que parecia subjetivo e ainda não se tornara um objeto de estudo de profundidade, Flavio Edler (2010) expende, em seu artigo “Medicina tropical: uma ciência entre a nação e o Império”, a respeito da Academia Imperial de Medicina (1829-1889), responsável por disseminar um grande número de pesquisas voltadas ao ambiente brasileiro e suas especificidades relacionadas à endemias por mais de meio século. O papel da instituição supracitada é de suma importância pois traz um panorama das conclusões da

época, como por exemplo, a autenticidade retratada ao mencionar a relação direta entre o surgimento das doenças com suas regiões climáticas.

Construir uma linha de estudo sobre a experiência médica nesse período implica diretamente no destaque às nuances em que o imaginário populacional brasileiro perpetuava sobre as doenças. Nas palavras do teórico Márcio de Sousa Soares (2001) em seu artigo de título “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”, até o final do século os saberes médicos ainda não eram bem quistos de forma a atribuir, ao clínico, a capacidade da cura. Isso porque fixava-se no cotidiano dos brasileiros em geral a ideia de que as moléstias estavam relacionadas à ações de feitiçaria e bruxaria, não cabendo aos profissionais da saúde em geral o ato da salvação.

Além dos saberes se mostrarem incondizentes com o senso comum da população, cabe a ressalva de que a terminologia “circulação” e “divulgação” se apresentam como conflitantes para o cenário de estudo, conforme destaca Betânia Gonçalves Figueiredo (2005) em seu artigo “Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular”. Divulgar uma forma de conhecimento científico, na arguição da autora, requer participação de outras áreas (educação, tecnologia e cultura) de acesso restrito e segregacionista. Um dos exemplos utilizados é que a publicação de livros “nacionais” era proibida até a chegada da Corte portuguesa, em 1808.

O periódico “O Brazil-Medico” (FIGURA 1) surge em 1887 com o propósito de interligar a rede médica nacional do século XIX, almejando padronizar e aceitar os dogmas internacionais que pautavam o diálogo sobre determinadas práticas científicas. Um dos pontos mercedores de ênfase se refere à dificuldade em desenvolver publicações que se relacionam com a prática em pesquisas no Brasil, fator que desencadeou o ineditismo de suas edições mensais, subdivididas em trabalhos originais – resumos em observações hospitalares diversas dos correspondentes da época –, seção clínica terapêutica – produzidas por professores para divulgar técnicas inovadoras – e anuários que compilam as principais contribuições e investigações críticas de pesquisas publicadas nacionalmente e internacionalmente.



METODOLOGIA:

A pesquisa será norteadada pela segmentação de natureza básica, utilizando-se de abordagens metodológicas explicativas com o intuito de identificar os principais fatores que contribuíram para a disseminação de conhecimentos relacionados à medicina durante a transição da Monarquia para a República do Brasil. Para isso, serão desenvolvidos estudos baseados em materiais publicados por teóricos especializados na área de História da Ciência e da Saúde no Brasil através de um levantamento bibliográfico, sustentado por fichamentos textuais e leituras consistentes afim de organizar cronologicamente os principais eventos determinantes do período em questão e contemplar as problematizações do projeto.

Posteriormente, tomando ciência de que as passagens de autoridades médicas componentes do periódico em estudo retratadas pela imprensa brasileira são diversas, pretende-se

realizar um levantamento documental dessa fonte primária que compreenda as principais retratações do veículo jornalístico, selecionando e extraíndo citações que proponham um panorama do quadro intelectual dos profissionais cujas opiniões eram registradas. É

e outros não menos distintos? De que nos serve, si o conhecimento d'este facto só nos chega por intermedio de nossos mestres que conviveram e receberam pessoalmente o influxo d'aquelles eminentes clinicos? Dia virá em que a sua memoria apagar-se-á completamente, indo-se tambem a tradição que ainda hoje a perpetua e que por falta de uma base solida não poderá furtar-se ao attrito continuado dos annos. E a geração actual, e a geração que vem veem completamente inutilisados os esforços, os tentamens e os commettimentos do passado. E tudo isso por falta de um repositorio onde com facilidade cada um d'aquelles sabios podesse depositar o subsidio de sua observação clinica, o resultado de suas locubrações e o fructo de sua experiencia.

Figura 2 - Passagem no jornal que indica a origem e necessidade das publicações. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=081272&pesq=&pagfis=3>

possível identificar, por exemplo, afirmações que remontam o motivo da revista como um repositório para que os conhecimentos não se percam (FIGURA 2).

A estruturação do trabalho será dividida inicialmente em duas partes: a primeira delas diz respeito ao levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se de datações para responder questões relacionadas ao funcionamento de instituições de saúde no século XIX, as políticas higienistas e sanitaristas empregadas pelos órgãos públicos e o papel governamental no combate às endemias e epidemias que assolavam o território brasileiro. A segunda diz respeito à importância do documento histórico como contribuinte para a formação da história daquela época, em especial da classe médica como agente de transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O primeiro ponto de discussão envolve o papel que a medicina passa a exercer como um todo, perpassando pela esfera social e política. Essa ciência, na perspectiva de Claudio Vinicius Felix Medeiros (2014) em seu artigo “A cidade e os miasmas: notas para uma genealogia da medicina social no Rio de Janeiro (1829-1906)”, implica diretamente em práticas como o planejamento urbano, acesso às vias portuárias e todo o conjunto de dados que compõem o panorama das cidades. Dessa forma, é imprescindível relacionar os saberes médicos com os problemas derivados da urbanização segregacionista que fora instaurada no século XIX, sobretudo na tentativa de criar um políticas públicas para fomentar o combate ao cenário epidêmico.

Ao analisar essa relação, Gisele Cardoso de Almeida Machado (2011) em publicação de título “A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais” destaca o surgimento da medicina social contribuiu para detectar uma espécie de “corpo da cidade”, investindo no higienismo para impor as medidas que julgavam serem necessárias para decompor o espaço urbano e trata-lo como o palco onde ocorre o contato entre a população e todos os elementos maliciosos que ali se perpetuam. O papel do médico, conforme destaca a pesquisadora, passa a ser de um detentor de conhecimento para alguém que realmente interviria no espaço, utilizando-se das políticas que ele mesmo ajudara a construir.

Essa intervenção no espaço, segregado por um conflito entre elites locais e a população marginalizada, é tratada por Sidney Chalhoub (1996) em seu livro “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial”. Na perspectiva do historiador, as classes de menor poder aquisitivo não eram consideradas perigosas apenas na questão dos princípios de ordem: mais do que isso, ofereciam também perigo de contágio, uma vez que seus hábitos de moradia – cortiços e habitações coletivas – eram considerados como focos epidêmicos. Para contribuir com os estereótipos formulados pela elite urbana, os preços dos alugueis tiveram uma alta significativa e ficaram cada vez mais longe das classes menos abastadas na metade do século.

O contexto pós-abolicionista agravou substancialmente o quadro das cidades brasileiras. Recorrendo ao terceiro volume do livro História da vida privada no Brasil, sob a análise de Marins (1998), é possível desenhar o surgimento da “figura aterradora da massa de ‘cidadãos’ pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império” (MARINS, 1998, p. 133). Compreende-se, portanto, que a construção das grandes periferias sem devidas infraestruturas é uma das características da formação metropolitana brasileira e está intrinsecamente correlacionada ao fator de disseminação de doenças.

Acompanhando o cenário caótico e um tanto quanto negativo no qual o país mergulhara em decorrência do quadro sanitário negativo, através das vias impressas e segundo Robert Darnton (1990) em seu livro “O beijo de Lamourette”, a história se fazia de maneira a entender como essas ideias eram disseminadas para a população – em sua grande maioria sem alfabetização – e como a leitura alterava o comportamento do cidadão. Analisando o recorte em específico, é importante

ressaltar que a inabitual circulação de uma seção impressa com conhecimentos médicos serviu como motor para acionar as engrenagens do conhecimento, principalmente no que diz respeito ao tom crítico de algumas das passagens.

CONCLUSÕES:

Para concluir, é necessário utilizar as constatações realizadas por Lycurgo Santos Filho (1985) no terceiro volume do livro *História Geral da Civilização Brasileira*, onde critica a posição estática e pouco desenvolvida nos quesitos fundamentalistas da medicina por quase todo o século XIX. Embora as limitações existissem, o teórico defende que a classe dos professores atenuou as falhas existentes com a própria didática ao repassar os saberes e práticas do conhecimento médico com proficiência para aqueles que ingressavam nas instituições de estudo surgidas há pouco tempo.

A importância do jornal para a emancipação da medicina brasileira é tratada até mesmo no próprio periódico em estudo, uma vez que era consenso a necessidade do engrandecimento do grupo de profissionais da saúde, com a discussão dos resultados dentro das clínicas e dos hospitais como um campo fértil a ser discutido. Embora não firmasse um diálogo com a população em geral do país, é possível visualizar a criação de um grupo intelectual cuja preocupação consiste no estudo da medicina, na rede de comunicação entre especialistas e o desmonte de mitos sobre doenças.

BIBLIOGRAFIA

- DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- EDLER, F. A medicina Tropical: uma ciência entre a nação e o império. **Diálogos**, Maringá, v. 14, p. 305-325, 2010.
- FIGUEIREDO, B. G. Os Manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar**, Curitiba, v. 21, p. 59-73, 2005.
- FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.
- MARINS, P. C. G. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da Vida Privada no Brasil volume 3*, São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MEDEIROS, C. V. F. A cidade e os miasmas: notas para uma genealogia da medicina social no Rio de Janeiro (1829-1906). **História Revista**, Goiânia, v. 20, p. 4-19, 2015.
- SANTOS FILHO, L. **Medicina no período imperial**. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). *O Brasil Monárquico – Coleção História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Volume 3. São Paulo: Difel, 1985.
- SOARES, M. de. S. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 407-438, 2001.